

Universidade de São Paulo
Faculdade de Educação

Nilton

Tecido a muitas mãos:
experienciando diálogos na pesquisa em educação
ambiental

Maria Rita Avanzi

Orientador: Moacir Gadotti

São Paulo
2005

Universidade de São Paulo
Faculdade de Educação

Tecido a muitas mãos:
*experienciando diálogos na pesquisa em educação
ambiental*

Maria Rita Avanzi

Orientador: Moacir Gadotti

Tese apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Educação
– Área temática: Cultura,
Organização e Educação da
Universidade de São Paulo,
como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutora
em Educação.

São Paulo
2005

DEDALUS - Acervo - FE



20500089004

Biblioteca / FEUSP

051424

Agradeço...

Ao grupo-pesquisador, que é o alimento desta pesquisa, pela oportunidade de vivenciar uma trajetória que me modificou profissional e pessoalmente, por nossos diálogos transformadores, pelo aprendizado sobre as diferenças e idiosincrasias. Agradeço a cada uma de suas integrantes: Alik pelas conversas pausadas e provocantes, Vivian pelo bom humor de sempre e pelas partilhas de escritos de Clarice Lispector, Érica por sua praticidade e pela facilitação dos trajetos institucionais, Alessandra por tantos aprendizados, Caroline pelos nossos encontros poéticos, Rita pela tranquilidade e pela oportunidade da primeira orientação, Shaula pelo estímulo na busca por outras linguagens, Kellen pelas trocas entre imagens e palavras, Susana pelas desconstruções que me provocou, Fátima pelo trabalho conjunto por um curto, mas prazeroso, tempo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Moacir Gadotti, pela oportunidade de desenvolver este doutorado e por promover minha aproximação aos amigos do Instituto Paulo Freire, a quem também sou grata pelas lições freireanas, em especial aos educadores e coordenadores do Projeto Jovem Paz: Ângela, Salete, Padilha, Maragarita, Luisinho, Luciano, Naiman, Paulina.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, pelo convite para fazer parte da equipe que desenvolveu o Projeto temático Floresta & Mar. E um agradecimento especial aos pesquisadores e pesquisadoras: Natália Hanazaki, Nivaldo Peroni, Pedro Silveira, Paulo Inácio Prado, Fábio Castro, Simone Siviero.

Aos que me apresentaram os vales do Vale do Ribeira: Luiza Alonso, Ana Rabeschini, à família Prado da EEJI, em especial a Dauro, Glória e Elisia; aos moradores e moradoras de Pedrinhas: D. Benedita, D. Joana e Seu Lino, Nezinho, Fábio pelo brilho de seu olhar aprendiz, Seu Sebastião e o som de sua rabeca, Neusa e Luís pela hospitalidade, Seu Juvenal e sua jovialidade; aos monitores: Leco, Tapico, Major, Aiberê, Peixe Frito; às professoras do Bairro da Serra, Sandra e Tânia.

Aos bons encontros acadêmicos, porque transformadores: Isabel Carvalho e Eda Tassara pelas contribuições na banca de qualificação, mas também por ricas trocas em outros espaços: Isabel, por trazer com sua escrita e suas falas uma desestabilização que tem me mobilizado a buscar outros autores e teorias e trazê-los ao campo da educação ambiental, Eda Tassara pela complexidade com que procura nos ensinar a pensar. Marcos Sorrentino pelas contribuições desde os primeiros esboços do projeto de doutorado, apoiando em tantos momentos os trabalhos do grupo-pesquisador e também no diálogo sobre o texto da qualificação, regado a Julio Cortazar. Outros bons encontros acadêmicos, também mobilizadores: Phillippe Lyrargues, Lúcia Manzochi, Roseli Stizbe, Sandro Tonso, Luís Ferraro, Michele Sato, Haydeé Torres de Oliveira, Marco Malagodi, Fabíola Zerbini, Claudia Coelho, Vitor Rosa, Patrícia Paz.

Ao cuidadoso trabalho de revisão deste texto feito pela amiga e companheira de trabalho, Eliana Kefalás Oliveira.

À Helena Heloísa Ribeiro, pelo abstract tão prontamente traduzido, mas também pelos muitos ensinamentos que me traz.

À Lola Perez pelas aulas de espanhol e pela produção do resumen.

À Érica Speglich por traduzir graficamente o formato que eu havia idealizado para apresentar o perguntar constante do grupo-pesquisador. Também a ela, juntamente com Marco Malagodi e Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto pela cuidadosa leitura da versão preliminar deste texto. Agradeço ainda à Caroline Oliveira, Vivian Oliveira e Alik Wunder, que, driblando seus outros compromissos, trouxeram contribuições pontuais e importantíssimas para o texto.

Aos colegas da Universidade São Marcos, pela criação de um ambiente de troca para nossa práxis educativa. À Meire T. Müller Soares, diretora do campus Paulínia, pela amizade que construímos e incentivo para o desenvolvimento desta tese.

Aos meus amigos-mentores intelectuais: Alcilene Cavalcante e Luís Roberto de Paula.

À querida Paula Petracco, por nosso carinho e pelo esforço tremendo no fechamento do trabalho.

A todos queridos amigos e amigas, e à minha família que compreenderam as ausências de uma doutoranda e me acolheram em tantos períodos de turbulências pessoais durante estes quatro anos de doutorado: Lúcia Portofeliz, Lica, Cidinha, Japi e Gisele, Robert e Juliana, Karla e Alci, Cris e Érica, Fátima, Lígia, Simone, Perci, Reza, Cris Bonfiglioli, Helena, Caio e Teca, Silvia Fonseca, aos meus irmãos: Vadimir, Marilza, Silvia e Paulo; à Michele, sobrinha querida; ao José, meu pai, e à minha mãe, Cleuza (in memoriam).

Resumo

Maria Rita AVANZI, "Tecido a muitas mãos: experienciando diálogos na pesquisa em educação ambiental". São Paulo, USP, Faculdade de Educação, 2005. (Tese de doutorado).

Trata-se de uma pesquisa empírica que se desenvolve a partir dos referenciais da pesquisa-ação/pesquisa-intervenção, com o objetivo de contribuir com elementos teórico-metodológicos para educação ambiental tratada a partir de uma perspectiva dialógica. A pesquisa parte do reconhecimento da educação ambiental como um campo de tensionamento e conflitos. Discute a proposição de que uma abordagem dialógica permite a manifestação das potencialidades de indivíduos e grupos para participação no estabelecimento de propostas de convívio entre si e com seu ambiente. O trabalho acompanha a trajetória de um grupo de pesquisadoras durante cinco anos de produção coletiva de conhecimento junto a grupos de moradores e moradoras do interior e entorno de Unidades de Conservação no Vale do Ribeira-SP. A trajetória do grupo-pesquisador é revisitada a partir de um diálogo entre seu fazer pesquisa e os elementos metodológicos propostos pela pesquisa-ação/pesquisa intervenção, buscando explicitar a reconfiguração de sentidos ocorrida no processo. Os fundamentos teóricos do trabalho vêm da hermenêutica filosófica, da *práxis* educativa dialógica de Paulo Freire, da noção de comunidades interpretativas proposta por Boaventura de Souza Santos, e também de autoras e autores brasileiros que problematizam a educação ambiental, dentre eles: Eda Tassara, Isabel Carvalho, Mauro Grün. Na pesquisa são considerados alguns elementos que, na sua incompletude e inacabamento, trazem contribuições para uma educação ambiental dialógica: uma abordagem interpretativa, não explicativa, em que o processo de compreensão se dá como abertura ao outro; o reconhecimento da educação ambiental como prática social e política; a inserção dos sujeitos e de seu fazer sobre o ambiente na historicidade; a importância do diálogo entre diversas formas de interpretar a realidade como busca de caminhos para estabelecer regras de convívio com o outro e com o ambiente, tratado como bem de uso comum.

Unitermos: educação ambiental, comunidades interpretativas, pesquisa-ação, pesquisa-intervenção, hermenêutica filosófica, diálogo, produção coletiva de conhecimento.

Abstract

Maria Rita AVANZI, "Woven by many hands: experiencing dialogues in researching environmental education."

This is about an empirical research developed from action-research/intervention-research references, aiming at contributing with theoretical and methodological elements for the environmental education from the approach of a dialogical experience. The research starts from recognizing that environmental education is a field rich of tensions and conflicts. The main argument is the proposition that a dialogical approach allows for the manifestation of individual and group potentials which enables the participation in proposals of living together and mingling with the environment. The work traces the path of a group of women researchers during the period of five years of group cognitive production among dwellers of Ribeira Valley Conservation Units – São Paulo, Brazil who live within and on the outskirts of the area. The path taken by the researchers is re-visited based on the interaction between the act of researching and the methodological elements proposed by the action-research/intervention-research, seeking to explain the re-structuring which occurred throughout the process. The theoretical tenets come from the philosophical hermeneutics, from the educational dialogical praxis of Paulo Freire, from the notion of interpretative communities brought about by Boaventura de Souza Santos, and also from Brazilian authors who focus on environmental education such as: Eda Tassara, Isabel Carvalho, Mauro Grün. Together with the research other elements are taken into consideration as well, actually because of their incompleteness and non conclusive traits, which allow for dialogical environmental education: an interpretative approach, without explanations whatsoever, where the understanding process acts as a mutual opening; the recognition of dialogical environmental education as a social and political practice; considering the individuals and their actions connected with their history and environment; the importance of the interaction of the various ways of interpreting reality to establish good rules of living together and the environment, whose use is considered to be a common asset.

Key Words: Environmental education, interpretative communities, action-research, intervention-research, philosophical hermeneutics, dialogue, group production to gather information and knowledge.

Resumen

María Rita AVANZI, "Tapicería con muchas manos: vivenciando diálogos en la investigación en educación ambiental"

Se trata de una investigación empírica que se desarrolla a partir de los referenciales de la investigación-acción/investigación-intervención, con el objetivo de contribuir con elementos teórico-metodológicos para educación ambiental, tratada esta a partir de una perspectiva dialogística. La investigación se inicia a partir del reconocimiento de la educación ambiental como un campo de tensión y conflictos. Discute la proposición de que un abordaje dialogístico permite la manifestación de los potenciales de individuos y grupos para su participación en el establecimiento de propuestas de convivencia entre ellos y con su medio ambiente. El trabajo acompaña la trayectoria de un grupo de investigadoras durante cinco años de producción colectiva de conocimiento junto a grupos de moradores y moradoras del interior y del entorno de Unidades de Conservación en el *Vale do Ribeira*, en el estado de *São Paulo*, Brasil. La trayectoria del grupo-investigador es re-visitada a partir de un diálogo entre su quehacer-investigación y los elementos metodológicos propuestos por la investigación-acción/investigación-intervención, buscando explicitar la reconfiguración de sentidos ocurrida durante el proceso. Los fundamentos teóricos del citado trabajo provienen de la hermenéutica filosófica, de la praxis educativa dialogística de Paulo Freire, de la noción de comunidades interpretativas propuesta por Boaventura de Souza Santos, además de autoras y autores brasileños que problematizan la educación ambiental, entre ellos: Eda Tassara, Isabel Carvalho, Mauro Grün. Junto con la investigación son considerados algunos elementos que en su incompletud e inacabado, traen contribuciones para una educación ambiental dialogística: un abordaje interpretativo, no explicativo, en que el proceso de comprensión se da como apertura al otro; el reconocimiento de la educación ambiental como práctica social y política; la inserción de los sujetos y de su quehacer en el ambiente, dentro de la historia; la importancia del diálogo entre diversas formas de interpretar la realidad como una búsqueda de caminos para establecer reglas de convivencia con el otro y con el ambiente, este tratado como bien de uso común.

Unitérminos: educación ambiental, comunidades interpretativas, investigación-acción, investigación-intervención, hermenéutica filosófica, diálogo, producción colectiva de conocimiento.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
Capítulo 1. PRA COMEÇO DE CONVERSA	9
<i>Tecendo a muitas mãos: a dinâmica do grupo-pesquisador</i>	12
<i>Os "vales" do Vale do Ribeira</i>	17
<i>As pesquisas-intervenção em diálogo</i>	28
Capítulo 2. ARTE E CIÊNCIA DE TECER SABERES	37
<i>Entre redes, fusos e rocas: a beleza do ato de tecer</i>	39
<i>Incursões pela arte de tecer</i>	41
<i>Encontros do grupo e sua ritmicidade: as tardes de sexta-feira, os "retiros" e as orientações coletivas</i>	44
<i>Abertura a diferentes linguagens: "Continuamos dizendo-nos, mas sem as palavras"</i>	46
<i>O registro como proposta metodológica</i>	49
<i>Os trabalhos (coletivos) de campo</i>	53
<i>O perguntar constante</i>	54
Capítulo 3. O HORIZONTE DE ONDE SE CONTA ESTA EXPERIÊNCIA:	
PERCORRENDO FIOS INTRODUTÓRIOS À HERMENÊUTICA	57
<i>Somos diálogo</i>	62
<i>Sobre a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer</i>	66
<i>O círculo hermenêutico da compreensão</i>	71
<i>Hermenêutica e dialética: o debate entre Gadamer e Habermas</i>	75
<i>Paulo Freire: um encontro com o diálogo hermenêutico?</i>	77
<i>Rumo às comunidades interpretativas</i>	81
Capítulo 4. MIRANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
SOB A PERSPECTIVA DAS COMUNIDADES INTERPRETATIVAS	83
<i>Educação Ambiental: diferenças que compõem um "nós"</i>	86
<i>Em busca de uma perspectiva dialógica para a educação ambiental</i>	96
<i>Pontos dispersos tecidos sobre a rede do grupo-pesquisador</i>	101
<i>As comunidades interpretativas</i>	107
<i>Um possível diálogo entre saberes</i>	114

Capítulo 5. ENTRETECENDO: A EXPERIÊNCIA COLETIVA DO GRUPO-	119
PESQUISADOR	
<i>Trançados metodológicos I: em busca das urdiduras</i>	125
<i>Entremeio: compreendendo o horizonte da pesquisa-ação e da pesquisa participante</i>	130
<i>Trançados metodológicos II: as tramas</i>	136
<i>Alinhavos do grupo-pesquisador em seu diálogo com o referencial metodológico</i>	138
<i>"Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia"</i>	152
Capítulo 6. ENTRE FIAR-E-DESIAR: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DIALÓGICA	157
<i>Estrangeiro em mim</i>	160
<i>Intenções e ações</i>	168
<i>Possíveis veredas teórico-metodológicas: trajetórias individuais</i>	172
<i>Possíveis veredas teórico-metodológicas: trajetórias que percorro partindo do grupo-pesquisador</i>	177
<i>Relação entre sujeitos-historicidade-ambiente</i>	177
<i>Participação como exercício de diálogo</i>	178
<i>Educação como prática social</i>	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
APÊNDICES	188
<i>1. Produção do grupo-pesquisador ao longo do projeto temático...</i>	
<i>2. Trabalhos de campo realizados (1999-2003)</i>	
<i>3. Encontros de discussão e integração do grupo-pesquisador (2000-2003)</i>	
<i>4. Publicações do grupo-pesquisador</i>	
<i>5. Participação do grupo-pesquisador em congressos, seminários e encontros</i>	
<i>6. Mini-cursos ministrados pelo grupo-pesquisador</i>	
<i>7. Planilha de contatos no Vale do Ribeira</i>	

Apresentação

*Início de 1999. Um momento entre duas águas. De um lado, um projeto que finalizava e, tão logo, a possibilidade de um outro iniciar-se. Dois contextos muito diversos: o primeiro era um projeto de arte-educação ambiental numa escola pública municipal, no distrito de Barão Geraldo, em Campinas¹; o segundo, um dos braços de um projeto temático a se desenvolver no Vale do Ribeira - educação ambiental relacionada a conflitos em Unidades de Conservação. No primeiro, a linguagem da dança, do *clown*, do teatro, do cordel movia atividades de educação ambiental com o intuito de resignificar a relação da comunidade escolar com os espaços públicos de seu bairro. O segundo era uma oportunidade de relacionar pesquisa e intervenção em educação ambiental. Os dois desenvolviam-se como trabalhos em grupo. O primeiro era composto por arte-educadoras-ambientais, sendo que, das cinco componentes, quatro assumiam o prefixo da expressão, ao que eu compunha com contribuições do *ambiental*. O segundo grupo estava ainda por se formar.*

Aos meus olhos, curiosos e assustados ante aquele momento compreendido como desafio e oportunidade, pareciam dois trabalhos desconexos. Hoje posso notar que a alquimia em combinar diferentes desejos, linguagens e interesses num diálogo paciente e constante, que aprendi na coordenação junto àquele grupo de arte-educadoras, muito me ajudou na formação e coordenação do grupo que seria responsável pelo segundo trabalho. Agora estes elementos compõem-se em outros sentidos, reconfigurados pelo olhar que lhes lanço a partir do horizonte desta tese de doutorado.

Desenvolvo as reflexões desta pesquisa a partir de um foco: a produção coletiva de conhecimento no interior do grupo de pesquisa em educação ambiental, formado para desenvolvimento do projeto temático *Floresta & Mar: usos e conflitos no*

¹ Projeto *Respeitável Público*, desenvolvido por Ana Raquel Mota Fernandes, Eliana Kefalás Oliveira, Maria Rita Avanzi, Pérola Ribeiro, Silvia Fonseca, com o apoio da Fundação Abrinq para os direitos da criança. Seu propósito era contribuir para um processo de resignificação dos sentidos atribuídos a espaços públicos, tendo como foco a escola.

Vale do Ribeira e Litoral Sul. Não é possível separar o diálogo que se deu internamente no grupo de pesquisa dos diálogos estabelecidos com os moradores e moradoras do Vale do Ribeira durante a construção e implementação de propostas de pesquisa-intervenção.

Gostaria de apresentar o tema da pesquisa a partir deste eixo, o diálogo. A investigação trata sobre a possibilidade de se construir projetos em educação ambiental, deflagrando relações dialógicas. Subjacente à proposta explicitada, parece-me que segue uma suposição, a de que uma educação ambiental dialógica permite a manifestação das potencialidades de indivíduos e grupos envolvidos, sendo um caminho para processos emancipatórios.

Desde a realização de meu mestrado, figurava como pesquisadora associada do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – Nepam -da Unicamp, onde estava sediado o projeto temático *Floresta & Mar*. Na ocasião da elaboração da proposta para agência financiadora, em dezembro de 1997, fui convidada a compor a equipe do temático atuando no componente *Intervenções e Educação Ambiental*, um dos três eixos de trabalho que o compunham. Foi no início de 1999 que assumi o papel de coordenação deste componente ao lado de outro pesquisador associado² ao Núcleo, participando da formação da equipe que desenvolveria as atividades de pesquisa-intervenção em educação ambiental no Vale do Ribeira e acompanhando o andamento dos trabalhos até dezembro de 2002.

Em minha trajetória profissional, percorrendo caminhos que me traziam das Ciências Biológicas rumo à educação ambiental, havia me aproximado do Nepam em busca elementos das Ciências Sociais e Humanas para discutir a temática ambiental. Pude aprender muito compondo equipes interdisciplinares do Núcleo, atuando na sub-coordenação de um curso de especialização, participando da edição da Revista Ambiente & Sociedade. Eram lições do meio acadêmico, de como se dão os debates entre áreas do conhecimento, de como se organizam as regras para funcionamento dos projetos de pesquisa e ensino, do quanto de trabalho há nos

² Ademir Donizetti Caldeira, que esteve na coordenação deste componente até abril de 2001.

bastidores de um curso que se apresenta, de uma pesquisa que se desenvolve, de uma revista que se publica.

Hoje, ao revisitar a produção do grupo responsável pelas pesquisas-intervenção no Vale do Ribeira, identifico, no tom que assumia a coordenação, muitos elementos que fui colhendo em minha trajetória pessoal e profissional. Ao notar a forte hierarquia presente no meio acadêmico, em contraposição a outros espaços em que atuava, parti em busca de uma coordenação que tecesse caminhos como fios de uma rede, sem hierarquias. Ajudaram-me, portanto, aprendizados que vieram de meu envolvimento com a arte, com a busca de outras linguagens para comunicação do que se pensa e do que se sente; as experiências que vieram de meu envolvimento com Organizações não governamentais: *Girasonhos* e *Cedap* em Campinas, *Instituto Paulo Freire* em São Paulo, *Águas Claras* em Pocinhos do Rio Verde, Minas Gerais; e ainda, muitos elementos de minha origem caipira do interior de São Paulo.

No interior do grupo de pesquisa em educação ambiental e no desenvolvimento das propostas de pesquisa-intervenção com grupos de moradores e moradoras do Vale do Ribeira, estivemos em busca de possibilitar um encontro de diferentes formas de interpretação da realidade. Não se tratava de impor um conhecimento construído no universo acadêmico para aqueles moradores e moradoras, mas buscar um *confronto comunicativo* (Santos, 1999) de nossas *leituras de mundo* (Freire, 1999) com as suas, construindo a partir daí caminhos para se pensar e atuar sobre a realidade.

As metáforas de rede, teia, da arte de tecer estarão percorrendo os vários momentos desta tese, em que acompanho esta trajetória de pesquisa em grupo. Reservo um item específico do segundo capítulo para dialogar com os elementos que esta metáfora sugere, por isso não me alongo sobre eles aqui. Cabe dizer que os fios que estarei percorrendo são aqueles do grupo de pesquisa, ao qual me refiro como *grupo-pesquisador*. E, a partir destes, puxarei outros que dão concretude à produção coletiva, fios trazidos da pesquisa-intervenção junto a grupos no Vale do Ribeira. É como se olhasse a partir das lentes do grupo-pesquisador. O propósito,

no entanto, não é avaliar o alcance dos trabalhos de educação ambiental implementados. O objetivo desta pesquisa que ora se apresenta é identificar, no processo de produção coletiva do grupo-pesquisador, elementos que possam contribuir com proposições teórico-metodológicas para uma educação ambiental fundada no diálogo entre saberes, alicerçados em diferentes contextos culturais.

Quais sentidos se configuram nesse processo que poderiam sinalizar algumas contribuições teórico-metodológicas para uma educação ambiental dialógica? Assumir a dialogicidade em práticas educativas garante a construção de caminhos emancipatórios?

Esses são alguns dos questionamentos que movem este trabalho, que se desenvolve como uma pesquisa participativa, com elementos da pesquisa-ação e da pesquisa-intervenção. Lanço, dessa forma, um olhar para o processo vivido por um grupo do qual participei ativamente como coordenadora. É, portanto, também minha experiência de educadora que está em foco, uma vez que participei da construção das propostas de pesquisa-intervenção implementadas e do desenvolvimento de atividades no Vale do Ribeira, assim como facilitei, junto a outras integrantes do grupo-pesquisador, momentos de reflexão sobre nossa prática. Trago neste texto uma das possibilidades de se contar esta experiência coletiva de pesquisa, ou talvez seria melhor dizer *estas experiências de pesquisa*. Trago, portanto, uma interpretação, que, como toda interpretação, é incompleta.

Busco na hermenêutica a orientação filosófica do trabalho. As proposições trazidas pela hermenêutica filosófica ajudaram a compreender-me como sujeito conhecedor que está inserido no próprio processo que busco conhecer, contribuindo também para considerar a impossibilidade de acessar a totalidade do objeto em meu esforço de compreensão. O que pretendo com este estudo, portanto, não é esgotar a amplitude dos muitos sentidos possíveis desta experiência junto ao grupo-pesquisador. Nem tenho como pretensão dizer qual é o caminho teórico-metodológico para se construir práticas dialógicas em educação ambiental. Trata-se de perceber esta tese inserida na historicidade e, portanto, consciente dos limites e do horizonte a partir de onde ela se constrói.

Focar o trabalho do grupo-pesquisador sob a perspectiva hermenêutica significa, portanto, dizer que na escuta das vozes que do grupo ecoam, não temos uma linguagem uníssona que trilha os mesmos caminhos de interpretação de sua experiência ou canta num mesmo canto o que foi construído. São muitas as possíveis interpretações e narrativas que podem ser construídas do que tem sido o trabalho do grupo e da relação de cada uma de suas integrantes com a educação ambiental. Importante também destacar que os caminhos teóricos que cada integrante do grupo percorreu foram tecidos a partir de sua trajetória própria. Portanto, se trago elementos da hermenêutica e da dialética como opções teórico-metodológicas para olhar para este processo, não significa que o recorte do grupo-pesquisador como um todo seja este.

Gostaria de trazer para o leitor e leitora um pouco de minhas opções para a escrita deste texto. Primeiro dizer que minha intenção foi apresentar o trabalho como um movimento - entre o individual e o coletivo, entre o estranho e o familiar, entre um sentido projetado para uma proposta de educação ambiental e sua reconfiguração no processo - portanto a noção de *círculo hermenêutico* a qual recorro é central para o desenvolvimento desta narrativa. Minha opção não foi seguir um caminho cronológico para trazer a trajetória do grupo, mas procurar mostrar esse movimento em cada capítulo da tese. Portanto, penso que não há necessidade do leitor ou da leitora percorrê-los na sequência em que aqui se apresentam.

Outra opção que fiz foi usar o artigo feminino para me referir às integrantes do grupo-pesquisador, pois foi composto por sete mulheres que participaram, desde março de 1999, das fases de elaboração da proposta, implementação e reflexão sobre a mesma, e da produção coletiva que é objeto desta tese. Após o término do projeto temático, o grupo continuou sua atividade conjunta até fevereiro de 2004. Neste período, houve flutuações em sua composição. O olhar que lanço não desconsidera estas reconfigurações, no entanto, é a este coletivo que esteve se reunindo ritmicamente que estarei me referindo no texto que se segue. Se o propósito inicial era o desenvolvimento do projeto temático *Floresta & Mar*, o que teria duração de quatro anos, há algo que permaneceu e manteve um coletivo

mesmo depois de finalizado o trabalho junto aos grupos do Vale do Ribeira em dezembro de 2002.

O que une este coletivo? Quais seriam os pontos de encontro e as divergências que foram se tecendo neste processo? Quais caminhos são apontados pelas experiências deste grupo-pesquisador acerca da construção coletiva de conhecimento que possam ser ampliados para outros grupos? Estas são também perguntas que movem o desenvolvimento deste estudo.

A tese está organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo foi pensado como aquela fase inicial do diálogo, que é importante para “esquentar a prosa”. Ele apresenta o grupo-pesquisador, situando inclusive o porquê do uso deste termo. Cabe dizer, que ao invés de listar de início o nome de todas as integrantes do grupo, optei por apresentá-las uma a uma como se seu olhar particular sobre o fazer do grupo fosse adentrando a cena deste texto. Nele também faço um convite a uma aproximação à realidade do Vale do Ribeira e aos conflitos que se configuram em torno da temática ambiental. Trago narrativas de integrantes do grupo-pesquisador sobre as localidades em que se desenvolveram as propostas de pesquisa-intervenção para então apresentar cada uma das propostas.

O segundo capítulo apresenta a metáfora da rede e da arte de tecer a partir de um breve estudo que traz elementos da literatura brasileira e mundial, da antropolgia do imaginário e do conhecimento como rede. Utilizo-me destes elementos para mostrar o movimento do grupo-pesquisador a que me referi acima, destacando algumas características de seu fazer pesquisa.

O terceiro capítulo conta minha incursão pela hermenêutica gadameriana. É aqui que faço um aprofundamento na noção de diálogo, procurando compreendê-lo sob alguns pressupostos da hermenêutica filosófica. Este adentrar pela hermenêutica foi contribuindo para que pudesse pensar a educação ambiental dialógica sob uma abordagem interpretativa e este alinhavo vai sendo trazido durante o capítulo. Foi importante também para o meu processo de aproximação da hermenêutica compreender seu confronto argumentativo com a dialética, o que apresento a partir de uma breve leitura de Habermas e de Paulo Freire.

O quarto capítulo procura situar a concepção de educação ambiental, sistematizada depois de dois anos de atividade do grupo-pesquisador e que, a partir daí orientou seus trabalhos, mas que receberia outras configurações quando dinamizada pela prática. Na amplitude multifacetada do campo ambiental e da própria educação ambiental, trazida especialmente a partir de colocações de Isabel Carvalho e Mauro Grün, procuro situar as opções e delineamentos do grupo. Neste quarto capítulo, teço meus bordados sobre os dois primeiros anos de produção coletiva do grupo, dialogando com as contribuições que Eda Tassara traz para o debate na área ambiental e com a noção de *comunidades interpretativas* de Boaventura de Souza Santos.

O quinto capítulo traz a metodologia desta pesquisa de doutorado, relacionando-a com a metodologia de trabalho do grupo-pesquisador. É uma descrição em diálogo com a teoria, em que procuro apresentar as reconfigurações que a proposta inicial do grupo-pesquisador foi ganhando e as releituras que, da prática, lançamos sobre as propostas metodológicas da qual partimos para realização do trabalho. Trata-se da própria trajetória do saber experiência do grupo, composto pelas leituras e trocas acadêmicas e pela dinamicidade que a prática e a reflexão dão aos conceitos, reelaborando-os.

No sexto capítulo, teço as considerações finais em sua *incompletude* e em seu *inacabamento*, conforme aprendi com a hermenêutica filosófica e com a pedagogia freireana. Retomo uma discussão a respeito do porquê do adjetivo *ambiental* para a educação e apresento as trilhas teóricas que cada pesquisadora percorreu para desenvolver seu trabalho, finalizando com alguns elementos que, no meu entender, poderiam contribuir com outras elaborações teórico-metodológicas que vêm sendo produzidas sobre educação ambiental.

Numa tentativa de deixar falar também as outras autoras desta proposta educativa que está em foco, de deixar que suas narrativas falem por si criei um espaço que denomino *Entrelinhas*. São trechos de depoimentos ou de textos escritos pelas integrantes do grupo-pesquisador nos quais minha interferência foi a de seleção do que os comporia, não comento nenhuma destas passagens. Trago-as num

papel de tonalidade diferente à do texto da tese para facilitar ao leitor e leitora a identificação destas passagens, com o intuito também de dar-lhe a opção de retornar a elas, de não lê-las ou de centrar sua leitura apenas nelas.

*Il libro della cucina
di
Zig Koch*

CAPITULO I

La cucina di Zig Koch

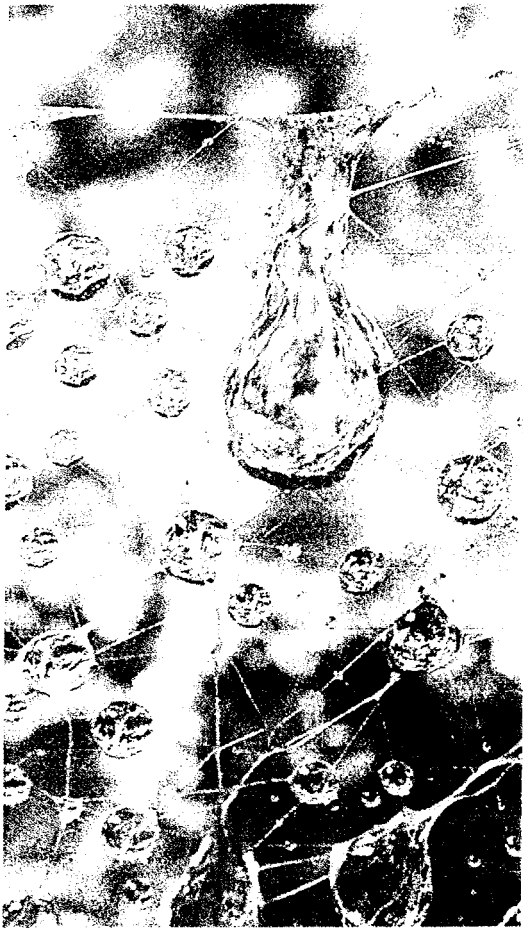


Foto: Zig Koch

*Il libro della cucina
di
Zig Koch*

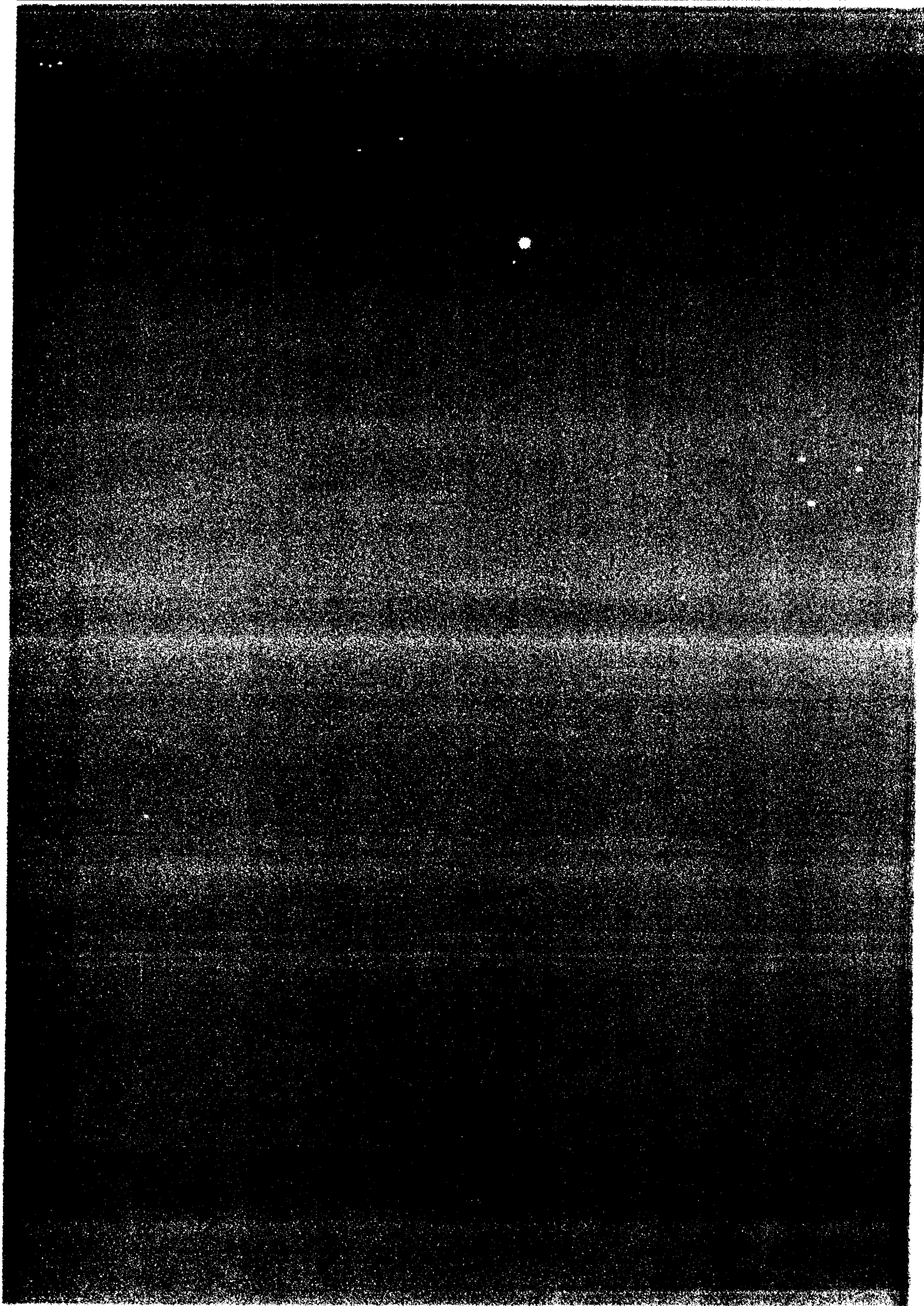
*Il libro della cucina
di
Zig Koch*

CAPÍTULO I

Pra começo de conversa

Um diálogo acontece quando duas almas se encontram. Não é o fato de que nos experimentamos, mas sim, o que faz do diálogo um diálogo, mas que duas almas se encontram no nosso encontro que ainda não haviamos encontrado em nossa experiência própria do mundo.

Hans-Georg Gadamer



O propósito deste capítulo é familiarizar o leitor ou a leitora a respeito de alguns elementos que considero a base sobre a qual se deu o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado. Neste início de conversa, compreendo ser importante apresentar a dinâmica de produção coletiva do grupo que é o foco e o “ambiente” em que se desenvolveu a pesquisa. Esta dinâmica, compreendida como elemento diferencial de seu trabalho, se construiu durante a realização do projeto temático *Floresta & Mar*.

Desenvolvido no período de 1999 a 2002 por pesquisadores e pesquisadoras ligados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp, o projeto “*Floresta & Mar: Usos e Conflitos no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP*” (FAPESP 97/14514-1)¹ teve como objetivo geral analisar a relação entre uso de recursos naturais, conflitos locais e regionais e formas de intervenção a respeito de conservação e manejo no Vale do Ribeira - SP, com o intuito de compreender os aspectos da implantação de Unidades de Conservação no Estado. Este objetivo geral foi desdobrado em objetivos específicos desenvolvidos em três temáticas: uso de recursos naturais, conflitos sociais, intervenções e educação ambiental. É nesta terceira temática que se inserem os trabalhos de pesquisa-intervenção² em educação ambiental, sob responsabilidade do grupo que estou denominando de grupo-pesquisador.

As áreas de abrangência do projeto como um todo foram três diferentes Unidades de Conservação³, bem como seu entorno: a Área de Proteção Ambiental de Cananéia/Iguape/Peruíbe (APA/CIP), a Estação Ecológica de Juréia/Itatins e o Parque Estadual Turístico de Alto do Ribeira (PETAR). Os pesquisadores e

¹ A coordenação geral do projeto temático esteve sob responsabilidade de Alpina Begossi (ecologia humana) e Lúcia da Costa Ferreira (sociologia).

² Sobre o conceito de pesquisa-intervenção cf. capítulo 5.

³ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) divide as Unidades de Conservação (UCs) do Brasil em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O objetivo das primeiras é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”. O objetivo das Unidades de Uso Sustentável “é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Brasil, Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000). Das UCs abrangidas pelo projeto, a Estação Ecológica Juréia-Itatins e o Parque Estadual Turístico do Vale do Ribeira são de Proteção Integral e a Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe é uma UC de Uso Sustentável.

pesquisadoras do projeto temático realizaram seus trabalhos em uma ou mais das localidades acima.

Além de trazer a dinâmica interna do grupo-pesquisador e o conceito de grupo aqui utilizado, o capítulo situa o trabalho na realidade sócio-ambiental do Vale do Ribeira. Na seção final, são apresentadas as propostas de pesquisa-intervenção que foram desenvolvidas.

Tecendo a muitas mãos: a dinâmica do grupo-pesquisador

“Aos poucos fomos chegando, a maior parte de nós mulheres em fase de construção de projetos de mestrado, iniciação científica e doutorado em educação ambiental. Neste momento, geralmente solitário, de traçar novos caminhos acadêmicos, encontramos e devagar fomos construindo um espaço de acolhimento e de partilha” (Wunder, 2002: 22)⁴

Quando de sua formação, em 1999, o grupo reuniu-se em torno do propósito de afinar uma proposta de educação ambiental para algumas localidades do Vale do Ribeira. A proposta, elaborada na ocasião do encaminhamento do projeto temático à agência financiadora, era propositalmente genérica para que pudesse acolher novos traçados dos que posteriormente viriam compor o grupo para a realização dos trabalhos. No momento de formação do grupo, sua constituição ainda era flutuante, agregando pessoas interessadas em refletir sobre o tema “intervenções e educação ambiental”, fossem elas pesquisadoras e pesquisadores do projeto temático *Floresta & Mar*, alunas e alunos que cursavam a graduação ou que a haviam concluído e pretendiam elaborar seus projetos de mestrado. Com o desenrolar dos encontros quinzenais, foi ocorrendo uma apropriação do que, a princípio se apresentava como uma necessidade elaborada externamente àquele conjunto de pessoas que ali se reunia. Cada integrante foi trazendo suas próprias demandas, partilhando-as, reconhecendo nas necessidades do outro sua própria busca, o que foi reformulando a proposta inicial do projeto.

⁴ Alik Wunder é uma das integrantes do grupo-pesquisador.

Poderíamos então pensar o primeiro ano de trabalho como processo de *formação do grupo-pesquisador*, em que estavam implicados estranhamento e familiarização com o “outro” - fosse este a colega do grupo de pesquisa, a proposta de trabalho elaborada anteriormente à sua constituição, a realidade do Vale do Ribeira, a *leitura do mundo*⁵ de seus moradores e moradoras com as demandas próprias de cada localidade.

O outro representa, ao mesmo tempo, o estranho a desfamiliarizar nossas certezas, mas também pode ser visto como apoio que, ao tecer a teia conosco, dá força para ousarmos no que estamos a construir. A rítmica quinzenal dos encontros, o ir e vir entre o individual e o coletivo, que ora clareavam ora enevoavam o trabalho a ser feito, são importantes constituintes das experiências⁶ de pesquisa que ali se desenvolveram.

“Durante os dois anos e meio de constituição coletiva de nossa equipe temos procurado uma coerência entre os princípios teóricos e metodológicos adotados nos projetos e os princípios de gestão do grupo de trabalho: metodologias participativas, não-hierarquia dos saberes e o entendimento do grupo como um espaço de reflexão e produção coletiva do conhecimento. (...) Uma das dimensões deste processo consiste em estimular ‘*capacidade de atuação, individual e coletiva, de forma a contribuir para que o mesmo ocorra com as pessoas e grupos com os quais atuam*’ (Sorrentino, 2000:35). O processo de desenvolvimento das próprias capacidades compõe-se da descoberta dos recursos internos de cada um e sua manifestação como potenciais catalisadores de uma transformação sócio-ambiental.” (Costa-Pinto *et al*, 2001).⁷

Mas se há um outro que vem somar com um grupo, há também aquele que é visto como externo a sua composição. Então existem alguns elementos que parecem ser cruciais para que um número de pessoas que se encontre, reconheça-se como grupo. O texto acima retrata um reconhecimento de alguns elementos comuns no trabalho do grupo-pesquisador, o que se dava quase simultaneamente com um

⁵ Conceito proposto por Paulo Freire que será retomado no capítulo 3.

⁶ O conceito de experiência utilizado nesta tese baseia-se nas proposições da hermenêutica filosófica e estará sendo tratado no capítulo 3.

⁷ Texto coletivo produzido pelo grupo-pesquisador.

momento de reformulação interna pelo qual passávamos, em que vivenciávamos confrontos em torno da postura política que a pesquisa assumia. Era momento do grupo re-encontrar-se em torno de pontos comuns a partir de uma reflexão a respeito de sua prática.

“E, pensando no que seria desejável para as pessoas comporem um grupo, eu penso em duas coisas: a disponibilidade pra trocar e a necessidade de uma auto-revisão constante, que faz parte desta troca, que acrescenta nessa troca, que faz a coisa crescer. (...) Pra essa troca poder acontecer, eu penso que tem uma necessidade de respeito mútuo. (...) e que passa por uma coisa de você olhar o outro, você enxergar o outro; você algumas vezes ceder, mas também ter essa resposta, de poder fazer isso sem se agredir e sem ferir seus próprios princípios.” (Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto - depoimento em 25/mai/01)⁸

Do pensamento de Pichon-Rivière⁹, psicólogo social que desenvolveu, na Argentina, tanto uma concepção de grupo como um método de trabalho chamado *grupo-operativo*, pude colher elementos que estão em consonância com essas colocações de Alessandra e de outras integrantes do grupo e que me ajudaram a pensar no processo vivido neste coletivo.

Um grupo, para o autor acima, diferencia-se de outros aglomerados de pessoas através do reconhecimento do outro, do estabelecimento de um processo comunicativo e da percepção deste outro como significativo para seu processo de aprendizagem. É o que o autor denomina “*interação*”, uma reciprocidade de expectativas em que cada integrante move uma ação na direção do outro (Quiroga, 1991).

“Saber que vai entrar no grupo com as suas idéias, mas sabendo que vai sair diferente, que não vai ser do jeito que você colocou. Se sair do jeito que entrou

⁸ Alessandra é uma das integrantes do grupo-pesquisador. Neste encontro o propósito era refletir sobre o trabalho em grupo.

⁹ Para esta pesquisa interessa a contribuição conceitual de grupo-operativo de Pichon-Rivière, não propriamente a técnica de trabalho proposta pelo autor.

é porque não teve nada no meio” (Érica Speglich - depoimento em 25/mai/01)¹⁰

Assim, o outro aparece intrincado na necessidade que é própria de cada um, há uma partilha de necessidades no reconhecimento da necessidade comum. Na relação contraditória entre necessidade e satisfação, cada integrante do grupo, na interação com o outro, projeta-se sobre o mundo externo com uma estratégia para realizar um fazer que o modifica. O sujeito apreende a realidade em uma perspectiva integradora e no processo de transformação desta realidade, transforma-se a si próprio (Quiroga, 1977).

“O grupo pra mim é (...) essa possibilidade de construir uma coisa que jamais a gente construiria sozinha. Na verdade a gente jamais imaginaria que seria possível a existência sozinha. Grupo pra mim tem muito essa coisa da transformação” (Caroline Ladeira de Oliveira - depoimento em 25/mai/01)¹¹

A vertente educativa da proposta de Pichon-Riviére enfatiza o papel do grupo na produção social do conhecimento. Para este autor, a aprendizagem se dá pelo contraste e pela contradição, pela heterogeneidade de contribuições e interpretações do real. Estes múltiplos olhares encontram no grupo uma possibilidade de manifestar-se e integrar-se numa síntese multiforme. No grupo, a partir de diferentes enfoques, o objeto do conhecimento vai enriquecendo-se e mostrando-se em sua complexidade e em sua riqueza (Quiroga, 1991).

“Eu acho que ser representado não quer dizer... Assim, eu sei que ela vai falar coisas diferentes de maneira diferente do que eu falo, mas eu aceito. (...) Acho que é diferente da gente ter uma unidade (...) acho que é uma aceitação da diversidade. É diferente, mas eu compartilho.” (Alik Wunder - depoimento em 25/mai/01)

Essa abordagem de aprendizagem como encontro de diferentes olhares para a realidade está, a meu ver, em consonância com a noção de diálogo usada nesta pesquisa, que será apresentada adiante a partir da hermenêutica de Gadamer. Trata-

¹⁰ Érica também é uma das integrantes do grupo-pesquisador.

¹¹ Caroline também é integrante do grupo-pesquisador.

se, portanto, de compreender o próprio grupo como *locus* onde irá se deflagrar o processo dialógico.

Ana Quiroga (1977) apresenta-nos o conceito de grupo em Pichon-Riviére como sendo o horizonte de nossa experiência social, que se constrói a partir do reconhecimento dos integrantes a respeito de suas necessidades, da elaboração de um projeto e do desempenho de uma tarefa. A realização da tarefa, isto é, o conjunto de operações destinadas a satisfazer necessidades e alcançar objetivos, impõe uma primeira condição, a de que os integrantes do grupo reconheçam estas necessidades e objetivos como sendo comuns. É sobre esta “constelação necessidade-objetivo-tarefa” que se estrutura um grupo e posso reconhecer esta constelação na trajetória do grupo-pesquisador.¹

“O que é um grupo pra mim (...) Um grupo é formado por pessoas que têm um objetivo comum. (...) Aí o que é desejado: compromisso, diálogo, flexibilidade, que é essa questão de você saber aceitar o outro e saber trocar.” (Vivian Gladys de Oliveira - depoimento em 25/mai/01)¹²

A noção de *grupo-pesquisador* aqui utilizada está também afinada com o pensamento de Pichon-Riviére. O termo provém da sociopoética, proposta de pesquisa criada por Jacques Gauthier que foca o processo grupal de produção de conhecimento. Ainda que esta pesquisa de doutorado não se configure propriamente como sociopoética, visualizo algumas convergências com esta proposta metodológica por valorizar as categorias e conceitos produzidos por grupos populares, por explorar o potencial cognitivo das sensações, da emoção e da gestualidade como fonte de conhecimento (Fleuri, 2001).

No processo de estabelecimento dos vínculos internos do grupo-pesquisador, de partilha de suas *leituras de mundo*, de re-elaboração do projeto que articulava as várias propostas de pesquisa-intervenção, na reflexão sobre o seu fazer, na reformulação de suas ações e nos registros do processo, foram vivenciados gestos e expressões corporais, modelagem em argila, desenho, música e dança, registro

¹² Vivian também é integrante do grupo-pesquisador.

poético, expressão e acolhimento de inseguranças, concomitantemente a sua produção acadêmica.

"Por isso, quando li aquele texto para conhecer melhor no que se fundamentava o grupo, eu me sentia lendo poesia. E ler um texto acadêmico desta maneira, pra mim, foi experienciar que o conhecimento serve para a felicidade. Sinto muito isso com o grupo: a busca pelo sentido de tudo o que fazemos (...) Para a procura ser verdadeira, é preciso que caibam nela as certezas, os medos, as dúvidas, as quedas, os feios e bonitos, os claros e escuros..." (Caroline Ladeira de Oliveira - depoimento em 25/set/00).

Talvez esta pesquisa distancie-se da abordagem sociopoética por não trazer mais explicitamente a relação entre mito e teoria para o processo de produção do conhecimento. Por outro lado, um ponto que nos é caro, tanto para a sociopoética como para os trabalhos do grupo-pesquisador, é a autogestão, o que significa dizer que é o grupo quem é responsável pela pesquisa.

Utilizo o conceito de grupo também para me referir aos coletivos junto aos quais foram desenvolvidas as propostas de pesquisa-intervenção no Vale do Ribeira. A dinâmica dos grupos do Vale do Ribeira, com marcada heterogeneidade entre si, como veremos adiante, permeou durante todo o tempo a dinâmica do grupo-pesquisador. Desde as primeiras viagens de campo do projeto temático, estivemos compartilhando nossas impressões a respeito do que captávamos. Essas e novas impressões, os textos lidos, as partilhas com outros pesquisadores e pesquisadoras do projeto temático, o diálogo com os orientadores e orientadoras de cada trabalho individual, as trocas com moradores e moradoras do Vale foram fundamentais para o desenvolvimento das propostas de pesquisa-intervenção. Para trazer um pouco mais do horizonte em que se desenvolveu a pesquisa, faço um convite, o de aproximarmos-nos do Vale do Ribeira.

Os "vales" do Vale do Ribeira

Após percorrer cerca de 300 km, partindo de Campinas, chegamos às localidades de abrangência do projeto temático. O trajeto feito pela Serra de Paranapiacaba, a partir de Tapiraí já permite ir percebendo na paisagem sinais das

características da região. Há pequenos aglomerados rurais, cercados pela Mata Atlântica ou por grandes plantações de banana ou de chá; dificuldade de acesso das populações residentes nestas áreas que, para se deslocarem de um aglomerado a outro, percorrem, a pé, a beira da auto-estrada, que tem muitos trechos sem acostamento. Aqui e ali encontramos algumas placas de madeira anunciando o trabalho de monitores ambientais devido ao crescente turismo na região. Se o trajeto é feito a partir da cidade de São Paulo, pela BR-116, nota-se o intenso tráfego, principalmente de caminhões, em alguns dos quais (que traziam bananas ou samambaias para serem comercializadas no CEASA em Campinas), várias vezes viajamos de carona.

Nessa paisagem percebida, imprimem-se traços do histórico da região percorrida pelo Rio Ribeira de Iguape que, de uma área total de 24.980 km², tem 61% localizados a sudoeste do Estado de São Paulo e 49% no estado do Paraná (Instituto Sócioambiental, 1998: 13). Conhecendo momentos de prosperidade e decadência econômica, marcados pelo ouro, pela cultura do arroz, da banana e do chá, a região teve, já no século XVI, a construção dos primeiros povoamentos que posteriormente deram origem às cidades de Iguape e Cananéia, no litoral, e de Eldorado, no interior. No entanto, esses fluxos e refluxos econômicos não conseguiram desdobrar-se num desenvolvimento regional, tendo marcado o Vale por uma situação de pobreza: *"Com a decadência da agricultura comercial, o Vale mergulhou num período de estagnação que se estendeu pelas décadas de 10, 20 e 30 do século atual"* (Zan, 1986 *apud* Instituto Socioambiental, 1998: 19).

Outros elementos que marcam o histórico do Vale do Ribeira e que podemos acompanhar no depoimento de moradores e moradoras são os embates em torno da questão fundiária, além da tensão em torno da temática ambiental.

Os problemas fundiários foram acirrados a partir das décadas de 1930 e 1940, quando, através de uma política pública de colonização da região, grande parte de terras consideradas devolutas foram destinadas a novos colonos com o argumento de que “*visava incentivar o desenvolvimento de pequenas propriedades através do cultivo de banana*” (Carvalho, 1999: 22). Contudo, aquelas terras já estavam ocupadas por posseiros, muitos dos quais foram obrigados a deixá-las à força. As terras devolutas acabaram sendo ocupadas, não por pequenos colonos, mas por grandes proprietários, inseridos na produção para o mercado (Carvalho, 1999).

Alguns moradores ainda se recordam dos embates travados: “*Muita gente foi embora por medo dos grileiros*”¹³ A especulação imobiliária gerada pelo turismo, desde as décadas de 1950-60, especialmente no litoral, também foi fator de expulsão de muitos caiçaras¹⁴ que não possuíam títulos de propriedade de seus terrenos nas praias.

A tensão em torno da temática ambiental é assunto presente em muitas conversas nas localidades pelas quais passamos. Por concentrar os maiores remanescentes de Mata Atlântica do país, devido ao próprio histórico de como se deram as políticas de desenvolvimento no Estado de São Paulo, o Vale do Ribeira é uma região de grande interesse para o ambientalismo, configurando-se hoje num conjunto em que se sobrepõem várias categorias de Unidades de Conservação, resultado de um processo de negociação entre movimento ambientalista e Estado. A implantação de Unidades de Conservação no país é, sem dúvida, uma conquista do movimento ambientalista frente a uma política desenvolvimentista do Estado que

¹³ Depoimento de morador da Vila Itinguçu, município de Peruíbe, EEJI, em abril de 1999.

¹⁴ São chamadas caiçaras as comunidades formadas pela mistura étnica de Índios, Portugueses e Negros, cujo modo de vida é originalmente baseado na agricultura itinerante, na pesca, no extrativismo e no artesanato (Diegues, 2000). Para maior aprofundamento em aspectos da cultura caiçara, ver a dissertação de Alessandra B. Costa-Pinto (2003), um dos sub-projetos que compõem o trabalho do grupo-pesquisador e que parte de um mergulho etnográfico junto aos caiçaras de Pedrinhas, Ilha Comprida.

compreendia floresta como antítese ao desenvolvimento (Urban, 1998; Silveira, 2001). Não se trata de negar sua importância. O que se questiona é a maneira como estas leis e regras chegaram às populações residentes nos vales, serras e praias do Vale do Ribeira, desconsiderando seus saberes, olhares e fazeres.

*“Depois que o meio ambiente chegou, nossa vida virou um inferno”*¹⁵ - este depoimento de um morador da região soma-se a muitos outros que revelam tanto um estranhamento como um descontentamento com a proposta de conservação para a área. O *meio ambiente* é o IBAMA, a Polícia Ambiental, a restrição, não seu espaço de vivência e trabalho. É visto justamente como algo que veio para dificultar o seu trabalho com a roça, a pesca, a extração. *“Como ficam nossas crianças? Porque eles não sabem se o pai é um trabalhador ou um bandido”*¹⁶. Dessas falas depreende-se também a expansão de um conceito de ambiente, construído num contexto técnico-científico em aliança com grupos governamentais, sobrepondo-se a outros possíveis entendimentos do que seria ambiente para comunidades residentes há gerações naquelas áreas.

O trabalho do grupo-pesquisador partiu da compreensão de que subjacente à imposição cultural está presente uma imposição epistemológica, em que os saberes construídos num contexto histórico-cultural - o científico - colocam-se como verdadeiros, silenciando outras formas de interpretar a realidade.

A mobilização dos moradores e moradoras em torno dos seus direitos de uso dos recursos naturais no Estado de São Paulo é recente e toma uma configuração diferente em relação aos movimentos no Norte do País, fortemente marcados pela luta dos seringueiros. Destas reivindicações, constitui-se um modelo de Unidade de Conservação diferenciado em relação ao que predomina no Vale do Ribeira, por ser proposto a partir dos movimentos populares, são as reservas extrativistas (Silveira, 2001; Carvalho, 2001).

¹⁵ Depoimento de outro morador do mesmo bairro, também em abril de 1999.

¹⁶ Depoimento de morador de um bairro rural de Barra do Turvo, em reunião realizada pelo Programa da Terra e Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Barra do Turvo, em junho de 1999.

Algumas organizações não governamentais, sindicatos e universidades¹⁷ têm desempenhado importante papel na organização de moradoras e moradores insatisfeitos com o atual modelo de conservação proposto para o Vale do Ribeira. Das iniciativas ocorridas na região, estivemos mais próximas da mobilização dos moradores da EEJI em torno de um desejo de retorno às suas residências no interior da Estação Ecológica, o que tem como objetivo maior seu reenquadramento numa outra categoria de Unidade de Conservação, que permita a presença de populações humanas. Desde o início de 2001, como uma das metas para este objetivo maior, vem se configurando um movimento pela implantação de uma escola na Cachoeira do Guilherme no interior da EEJI, a chamada Escola Caiçara da Juréia (Wunder, 2002).

Mas há também um elemento importante a se destacar no cenário dos muitos “vales” do Vale, o turismo. Alguns apregoam que o turismo é a vocação do Vale do Ribeira dada sua beleza natural e a própria restrição imposta pela legislação ambiental. Podemos acompanhar, nestes anos de trabalho, uma crescente busca de turistas pela região. Há os que acreditam que a fonte de renda para as populações residentes virá especialmente do turismo. Contudo, concordando com algumas das reflexões trazidas pela publicação *Olhares Cruzados* (Instituto Socioambiental, 1998), há que se refletir cuidadosamente sobre essa afirmativa, pois o turismo tende a impor um modo de vida a moradores e moradoras da região que se baseia nos referenciais que o turista, provindo de centros urbanos, traz consigo.

Desde 1998, com o intuito de gerar renda para a população jovem, têm sido oferecidos cursos de formação para monitoria em ecoturismo tanto na porção paranaense como na porção paulista do Vale do Ribeira. Os cursos buscam garantir

¹⁷ Pudemos estar presentes em algumas atividades das ONGs: a) Programa da Terra – PROTER com a organização de trabalhadores/as rurais em programas agroflorestais e reivindicação de direitos junto aos órgãos estaduais competentes; b) Ing-Ong com a formação de monitores ambientais e organização dos mesmos em associações que, por sua vez, integram-se numa rede intermunicipal, a Rede de Monitores Ambientais do Vale do Ribeira – REMA-Vale; além de atividades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Vale do Ribeira. Quanto às universidades, participamos de seminários realizados pelo NUPAUB-USP e Departamento de Ciências Florestais da Esalq-USP, que buscavam integrar trabalhos desenvolvidos nas localidades a partir de narrativas de moradores/as locais e cientistas que atuam na região na perspectiva da etnoconservação.

que a monitoria seja feita por moradores e-moradoras locais, buscando valorizar sua cultura e, em alguns casos, formá-los para atuação em suas coletividades

“Este Programa de Monitoria Ambiental, que acontece no Vale – tanto em São Paulo quanto no Paraná, desde 1998 - já formou mais de 400 pessoas. Há, ainda, cursos continuados para os monitores já formados, que também acontecem em módulos. (...) O monitor ambiental é um profissional novo na região. É compreendido, segundo o Programa de Capacitação da Monitoria Ambiental – Ing-Ong, como *‘um profissional local de ecoturismo que trabalha na região, sensibilizando e interagindo com os visitantes e a comunidade para promover a conservação ambiental, valorizando o patrimônio natural e cultural, com ênfase nas populações tradicionais. Apóia a pesquisa e a educação ambiental nas áreas protegidas, desenvolvendo uma rede de serviços e de cooperação, voltada para o turismo sustentável.’*”(Oliveira, 2001:17-18)

Mas há também contrapontos a respeito do trabalho de formação de monitores ambientais, pois muitos difundem e supervalorizam conhecimentos técnicos – biológico, espeleológico, ecológico - sobre a região em detrimento dos conhecimentos locais (Speglich, 2003).

Nesses anos de proximidade com a região, foi possível também apreender outros “vales” do Vale do Ribeira. Ao conviver com caiçaras e ribeirinhos, com “moradores e moradoras da Juréia”, pudemos adentrar mais na vivência dos grupos locais, nas festas religiosas, nos fandangos animados pela rabeca e pela viola, pudemos estar nos trajetos que ligam uma a outra localidade e que se percorre, -na maioria das vezes, a pé em picadas na mata, ou de barco pelo canal, pudemos admirar a entonação de sua linguagem, quase a sugerir uma cantiga. Nesses momentos com eles vividos, surpreendia-nos a alegria e o bom humor com que se trata a lida diária.

Da área total das unidades de conservação que o projeto temático abrangia, os trabalhos de pesquisa-intervenção do grupo-pesquisador desenvolveram-se: na Barra do Ribeira, um bairro pertencente ao município de Iguape (entorno da EEJI); no

Bairro da Serra (PETAR), município de Iporanga; em Pedrinhas, bairro caiçara de Ilha Comprida, além de outras localidades da APA de Ilha Comprida¹⁸.

Para apresentar outros elementos de como se configuram os conflitos em torno do uso de recursos naturais por moradores e moradoras do Vale do Ribeira, trago abaixo alguns trechos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), documento oficial que regulamenta o uso dos recursos naturais nestas áreas e, como contraponto, apresento outros textos de pesquisadores do projeto temático. Em seguida, nas *Entrelinhas*, apresento outras narrativas sobre o Vale, tecidas pelas integrantes do grupo-pesquisador, em que é possível revisitar muitos dos pontos acima colocados.

¹⁸ Foram feitos levantamentos também em outras localidades como Icapara, município de Iguape; Guaraú e Barra do Una no município de Peruíbe; Cachoeira do Guilherme, Praia do Una e Grajaúna no interior da EEJL.

❖ Observando ao longe-

as Unidades de Conservação através de documentos e textos

E
E
J
I

“Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

§ 1º A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de:

I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados;

II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica;

III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas;

IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.”

(Brasil, 2000)

“A Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) localiza-se no Vale do Ribeira (...), abrangendo parte do litoral sul do estado. A área compreendida é de aproximadamente 80.000 hectares incluindo cinco municípios do estado: Iguape, Miracatu, Itariri, Pedro de Toledo e Peruíbe (Vitae Civilis, 1995 : 23). A região abrangida pela Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) vem sendo ocupada desde há muito tempo, tanto que há sambaquis que testemunham uma história de ocupação de aproximadamente 7000 anos (Queiroz, 1992 apud Begossi & Ferreira, 1999). Segundo Cadastro da Secretaria do Meio Ambiente (1991) existem na EEJI 117 famílias de moradores com laços sociais e históricos com a região, vivendo de atividades agrícolas ou pesqueiras, compatíveis com o manejo e conservação dos ecossistemas nos quais se assentam. Outras 150 famílias de pequenos agricultores, migrantes de outras partes do estado ou do país, desenvolvem atividades agrícolas, com predominância da monocultura da banana. Os demais moradores, 99 famílias exercem atividades como prestadores de serviços de caseiro, serviços de turismo (Begossi & Ferreira, 1999: 129-32). Desde a implantação da Estação que data em 1986, ocorreu um fluxo migratório muito elevado na região, decorrente das regras restritivas impostas na utilização dos recursos naturais da área” (Nonato, 2001)

APA – Ilha Comprida

“Recentemente, Soares *et al.* (1999) coletaram depoimentos de moradores de comunidades caiçaras da Ilha (dentre elas, a de Pedrinhas), que demonstram o desconhecimento por parte desta população do conteúdo da legislação que regulamenta a Área de Proteção Ambiental. Sabem que a APA e a lei existem, mas desconhecem as restrições que impõem e o que contemplam, portanto desconhecem também os direitos que possuem, associando-as a uma total restrição ao uso dos recursos naturais e, conseqüentemente, ao exercício de suas práticas culturais, além de associá-las a severas punições àqueles que transgridem a lei:

‘Eu achava bom plantá, né. Mas agora eles não quer. A plantação é uma coisa que ajuda, né. Eu pago a mandioca, eu pago a farinha, tem o milho pras galinhas, pra fazer uma mistura, né. Tem a batata, tem tudo pra mistura, né. Mas não plantamo, né. Então tem que comprar. Tudo comprado. (...) Por que o IBAMA não deixa mais, porque se fosse pra plantá teria que derrubar um pedaço de mata e roçar.’ (caiçara da Ilha Comprida)” (Costa-Pinto, 2003: 24)

“Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.”

(Brasil, 2000)

Entrelinhas:

fragmentos a contar sobre as localidades em foco

❖ *Das Campinas à Ribeira daquele rio*

"De Campinas ao Barro Preto são quase 400 km. Eu demorei 6 horas no caminho de Campinas - Sorocaba - Juquá - Japiranga - Serra Santa - bastante, mas pegar o pôr do sol na estrada de Eldorado em cima da Rua Ribeira é maravilhoso" (Enca Spiegelh, registro de campo, ago/2000).

"Campinas, Bandeirantes, São Paulo, congestionamento, fumaça, rio morto, olhares cansados, cheios de raiva e irritação em plena manhã de segunda-feira. Régis Bittencourt, estrada vazia, calma... uma boa viagem. Depois de Miracatu, entrada para Iguape e Ilha Comprida.

Chegar até Iguape observando a paisagem é como se estivessemos lendo a história... O caminho nos conta uma história, mas de trás para frente. Um discurso-caminho. Começando por São Paulo, o urbano caótico que nos dá a impressão de uma estrada de destruição sem possibilidade de retorno. Entrando na "Régis", passam por nós as grandes indústrias e mais à frente o verde começa a aparecer nos pastos e eucaliptais. Saindo desta estrada à esquerda, uma outra que nos leva a Iguape. Enveredamo-nos então por um mar de bananais, por ruínas de grandes fazendas, por uma planície vasta coberta por pasto e contornada por pequenos morros pelados de um verde opaco de mato seco. Os bananais invadem os raros morros ainda cobertos por mata. Passo por cima de um rio que registra uma época de prosperidade. Rio Bananais. Algumas olarias enferidam os morros, ainda mais mortos, dissecados, feridas abertas que sangram terra... terra que entope o rio.

(Wunder, 2002: 24)



Foto: Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto



Foto: Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto

❖ *Ilha Comprida e Pedrinhas (APA/CIP)*

“Apesar de apresentar precárias condições de ocupação, a Ilha Comprida foi quase completamente loteada sem qualquer planejamento local. Até 1992 a Ilha Comprida pertencia aos municípios de Iguape (dois terços norte da Ilha) e Cananéia (um terço ao sul), quando então se emancipou. Cabe salientar que o município tem como principal atividade econômica o turismo. Calcula-se que, entre os meses de dezembro a fevereiro, passem pelo município mais de 1.000.000 de pessoas.”

(Oliveira, 2002: 18)

“Após percorrer um trajeto de aproximadamente 30 km de distância do Boqueirão Norte da Ilha Comprida em direção ao sul, chega-se a Pedrinhas, de onde é possível chegar ao bairro depois de vencer os cerca de 4 km que o separam da praia, pois o bairro está assentado às margens do canal lagunar, também conhecido como ‘mar pequeno’ ou ‘mar de dentro’. Cabe ressaltar que todo trajeto é percorrido sobre areia, não havendo qualquer tipo de pavimentação (...)

O bairro aparenta ser menor do que de fato é. A estrada que faz ligação com a praia transforma-se em rua principal ao chegar em Pedrinhas. Como a maioria das ruas tem um traçado irregular e esta rua principal é a mais larga, num primeiro momento ela parece ser a única rua do bairro. Contribui para essa impressão a existência de muitos lotes sem construção, as cerca de 220 casas ali existentes se escondem em meio à vegetação e meandros das vias de acesso.

A expulsão das famílias ali residentes deu-se por volta das décadas de 1960 e 1970 devido à intensa grilagem de terras ocorrida nesse período, o que de acordo com depoimento de morador local coincidiu com a época em que foi aberta a estrada que liga o bairro à praia, permitindo dessa forma o acesso por terra, já que anteriormente só se chegava de barco. A partir disso, o núcleo de Pedrinhas começou a viver um adensamento populacional, fruto tanto do reassentamento dessa população que foi expulsa daqueles agrupamentos familiares, como da venda de terrenos para turistas. (...) Atualmente, ao longo do ‘mar pequeno’, pode-se perceber a presença quase exclusiva de casas de turistas com suas marinas particulares, sendo poucos os moradores que ainda possuem terras nessa área.”

(Costa-Pinto, 2003: 75-77)

❖ *Barra do Ribeira – Iguape (entorno da EEJI)*

“Chega-se à Barra por uma estradinha de terra de 20 Km que sai do centro de Iguape, margeia a Ilha Comprida e acaba do lado direito do [Rio] Ribeira. Uma balsa faz a travessia e por ela avistam-se o mangue que margeia o rio, os maciços da Juréia ao fundo, um horizonte confuso de junção de rio com mar e o porto da vila. Os barcos descansam atracados, coloridos, alguns homens pescam, gaivotas movimentam-se, todos na mesma mansa sintonia. As embarcações são as únicas maneiras de entrar na vila. A balsa é a passagem principal.

Ela nos deixa no pequeno centrinho comercial.

Os bares, as lojas, pequenos restaurantes abertos estão desertos à espera de turistas. Tudo parece estar à espera. Há um vagar lento dos homens pelas ruas, há poucos turistas e não é época de muitos peixes. Ao sair da balsa já estamos na rua principal da vila que, em quinze minutos de caminhada, nos leva ao mar.”

(Wunder, 2002: 32)

“(...) casas pequenas, com portas e janelas muito próximas às ruas, proximidade do rio e do mar. Recentes construções de casas, igreja sendo erguida. E o inevitável campo de futebol... Saindo da rua mais larga, a de paralelepípedos claros, pequenas ruelas de areia, caudalosas, estreitas, silenciosas. E sempre as pequenas casas.

O primeiro lugar de parada foi a Escola Estadual de 1º e 2º grau Sebastiana Muniz Paiva. Em frente ao campo de futebol. Muro branco e portão azul, sem nenhuma indicação. Ali estudavam cerca de 285 alunos, trabalham cerca de 21 professores – a maioria residente no centro urbano de Iguape.”

(Oliveira, 2001: 5)

“A Barra à noite, é feriado. Lojinhas, lanchonetes e sorveterias reluzem na rua central da vila. As músicas que provêm dos diferentes bares confundem-se e compõem ritmos híbridos - samba, pagode, sertanejo, tecno. Há também uma composição bastante diversa de pessoas. Sensação tão diferente as daqueles silenciosos dias de semana em que encontro sempre os mesmos curiosos rostos.”

*(Wunder,
2002: 101)*



Foto: Alik Wunder

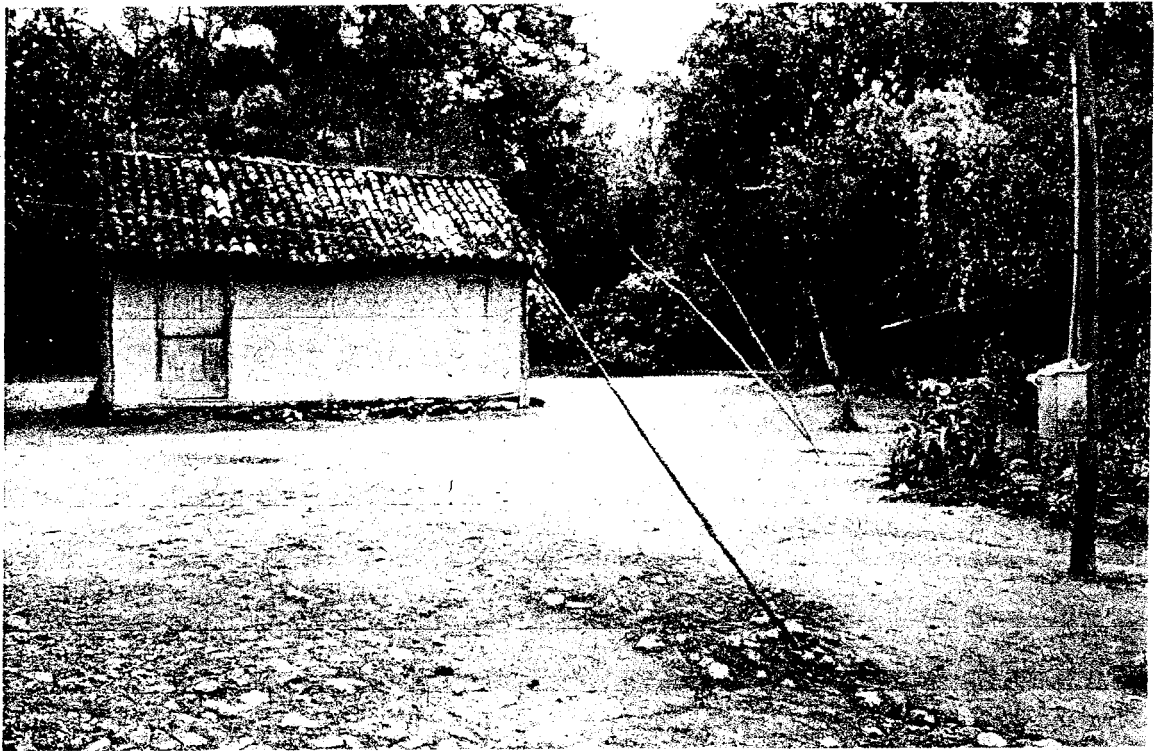


Foto: Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto

❖ *Bairro da Serra – Iporanga (PETAR)*

“A primeira vez que cheguei, já tarde da noite, não entendi muito bem como a pessoa que estava dirigindo o havia diferenciado da f usagem, para mim parecia mais o meio do caminho.

No dia seguinte de manhã, ‘achei’ o bairro dividido entre os dois lados da estrada Apiaí-Iporanga. Um bairro como tantos outros na região do Vale do Ribeira: pequeno, amontoado, com casas de alvenaria e de pau-a-pique se misturando. E foi nesse ‘meio do caminho’ que paramos e continuamos voltando por mais quase três anos. A escola... Nosso caminho de entrada no Bairro da Serra. Verde. É o que mais chama a atenção. Seja pela mata em volta seja pela cor dos muros, das portas. Encravada no início do bairro, à esquerda de quem chega pela estrada Iporanga-Apiaí, é uma escola muito parecida com tantas outras: muros pintados de branco com alguns grafites ainda dos ‘500 anos de Brasil’ (...)” (Speglich, 2003: 1)

“Em 1985 o tombamento do PETAR foi obtido, incluído no tombamento da Serra do Mar. A partir disso, várias serrarias e fábricas de palmito foram fechando, causando desemprego em massa. A população do Bairro da Serra viu sua realidade mudar bruscamente. A caça, a pesca e a retirada do palmito foram proibidas na área do bairro pertencente ao Parque. Ignorando a população local e apenas visando os aspectos culturais relevantes para a preservação, não foi considerada a presença do bairro no local, que acabou por ficar com boa parte dentro da área destinada ao PETAR.” (Nonato, 2001: 9)

“Cada vez que volto à Serra ela parece mais diferente e mudada. Se eu comparo com o início da pesquisa, a mudança é fenomenal. Cresceu, ampliou. Um puxadinho aqui, um telhado ali, uma casinha acolá. De dia de semana os homens trabalhando no que der: pedreiro, eletricista, encanador. Todos são um pouco de tudo. As mulheres cuidam dos filhos, dos sobrinhos, dos vizinhos... cozinham, lavam, passam, vão para a roça... preparam-se para o final de semana. Da única vez que fiquei para ver num feriado, a poeira subiu com os carros. Os turistas ficavam passando por todos os lados com seus macacões coloridos, capacetes, carbureteiras. Os mais velhos do bairro sumiram. Os mais novos se agitaram. A noite ganhou movimento e o dia todo ganhou um barulho que não é o da mata, é o do PETAR” (Speglich, 2003: 70).

Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira

“O Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) foi criado em 19 de maio de 1958 e os motivos para a criação do Parque foram descritos como: *‘a necessidade de promover a preservação das belezas naturais existentes na região abrangida pelos municípios de Apiaí e Iporanga, bem como possibilitar a formação de um refúgio para a defesa do remanescente da fauna, flora que aí se encontram’* (CONDEPHAAT, 1981)”

(Nonato, 2001)

“A legitimação da criação do PETAR baseou-se, por um lado, no movimento para implantação de parques nacionais, iniciado pelo *lobby* de cientistas conservacionistas no período da ditadura de Vargas (Dean, 1997), e por outro lado no interesse local, principalmente de geólogos, na beleza das cavernas da região (...)

O parque foi criado com o nome PEAR (Parque Estadual do Alto Ribeira) (...)

Essa vocação turística foi legitimada pela Lei 5973, em 1960, quando a letra ‘T’ foi incorporada ao nome da unidade de conservação, tornando-a finalmente, no papel, e sem o conhecimento dos moradores que lá viviam, o PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira. (...)

Contudo, mais do que apenas incluir a letra ‘T’ no nome do PETAR, a lei de 1960, quando o governador já era Carvalho Pinto, revoga indiretamente os artigos que permitiam o uso direto no decreto de dois anos antes, afirmando em seu artigo 2º que o Parque *‘constituirá, em sua totalidade, reserva florestal do Estado, considerada de conservação perene e inalienável.’* Vê-se aí que, entre os defensores da criação do PETAR, já havia uma tensão entre o uso capitalista da terra e a proteção integral dos recursos em nome de interesses da coletividade. Nos dois pontos de vista excluía-se dos benefícios os moradores locais, cujos direitos costumeiros eram ignorados, inclusive para fins de desapropriação.”

(Silveira, 2001: 58-62).

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, **Parque Estadual** e **Parque Natural Municipal**.
(Brasil, 2000)